

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Quanto à origem, a Constituição Brasileira de 1988 é classificada pela doutrina constitucionalista como:

- a) cesarista;
- b) promulgada;
- c) outorgada;
- d) pactuada;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

2) Não é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- b) Presidente do Senado Federal;
- c) Presidente da Câmara dos Deputados;
- d) Presidente da República;
- e) Governador de Estado e do Distrito Federal.

3) O Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no Brasil é constituído sob o regime:

- a) pluricameral;
- b) tricameral;
- c) bicameral;
- d) unicameral;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

4) Sobre a advocacia pública, pode-se afirmar que:

- a) é atribuição do Ministério Público Federal a representação judicial e extrajudicial da União;
- b) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria da Receita Federal, observado o disposto em lei;
- c) incumbe aos Procuradores dos Estados e dos Distritos Federal a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, autarquias e fundações públicas;
- d) as alternativas a e b estão corretas;
- e) nenhuma das alternativas.

5) Marque a opção correta quanto aos direitos e garantias fundamentais segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) é inconstitucional, por transgressão ao princípio da isonomia entre homens e mulheres (art.5º, I, da CF/88), a exigência de requisitos legais diferenciados para efeito de outorga de pensão por morte de ex-servidor público em relação a seu respectivo cônjuge ou companheiro/companheira;
- b) lei aprovada pelo Congresso Nacional para conferir proteção especial às mulheres, seja qual for o tratamento diferenciado entre os gêneros, contraria a Constituição Federal, que assegura a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações;

c) é constitucional lei estadual que proíba que a Administração Pública contrate empresa cujo diretor, gerente ou empregado tenha sido condenado por crime ou contravenção relacionados com a prática de atos discriminatórios;

d) é constitucional lei municipal que proíba a divulgação de material com referência à ideologia de gênero nas escolas municipais;

e) decisão judicial que determina a identificação de usuários que operam em determinada área ofende à privacidade e à intimidade, em virtude de a quebra de sigilo de dados armazenados obrigar a autoridade judiciária a indicar previamente as pessoas que estão sendo investigadas.

6) Com relação ao controle de constitucionalidade marque a opção correta:

a) a cláusula de reserva de plenário deve ser observada nos casos em que o tribunal conclua que determinada norma pré-constitucional não foi recepcionada pela CF;

b) a cláusula de reserva de plenário se aplica às turmas recursais dos juizados especiais;

c) entidade admitida como “amicus curiae” em ADPF tem legitimidade para, no curso do processo, formular pedido para concessão de medida cautelar;

d) tem legitimidade para o ajuizamento de ação de direta de inconstitucionalidade associação de caráter nacional, desde que esteja representado em pelo menos 9 (nove) Estados da federação;

e) não é permitido o aditamento à petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade para que sejam incluídos novos dispositivos legais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

7) Todas as assertivas abaixo apresentam princípios gerais ou específicos aplicáveis ao Direito Administrativo, exceto:

- a) princípio da autotutela
- b) princípio da continuidade do serviço público
- c) princípio do formalismo moderado
- d) princípio da realidade
- e) princípio da subsidiariedade

8) Relativamente ao processo administrativo, a Lei Federal n.º 9.784/1999 estabelece o seguinte:

“Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de

índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.”

No que diz respeito à delegação administrativa, é correto afirmar:

- a) de modo geral, a edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação;
- b) não há impedimento legal à delegação da atribuição para decidir recurso administrativo;
- c) a delegação apenas pode ocorrer entre órgãos de níveis hierárquicos diferentes, não sendo possível a delegação de um ato que seria originalmente praticado por um colegiado para que o mesmo ato seja praticado por um único membro do colegiado;
- d) o ato de delegação deverá ser expresso, não sendo admissível a delegação tácita;
- e) a delegação destina-se tanto a matérias de competência exclusiva como privativa.

9) Leia o texto a seguir.

“O presidente Jair Bolsonaro sancionou a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos do País, que substitui a atual, em vigor desde 1993 (Lei 8.666), e as leis do Pregão e do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

A Lei 14.133/21 foi publicada no dia 1º com 26 vetos, que agora serão analisados pelo Congresso Nacional, em data a ser marcada.

Com 194 artigos, a lei institui nova modalidade de contratação (diálogo competitivo), aumenta penas para crimes relacionados a licitações e contratos, e exige seguro-garantia para obras de grande porte. A garantia, que será de até 30% do valor da licitação, permite que as seguradoras assumam obras interrompidas.”

Fonte: Agência Câmara de Notícias. Texto publicado no site da Câmara dos Deputados em 05/04/2021, disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/742288-nova-lei-de-licitacoes-e-sancionada-por-bolsonaro-com-26-vetos/>.

Em relação ao tema Licitações e Contratos Administrativos e a sua nova lei de regência, é possível afirmar:

- a) a Lei Federal n.º 14.133/2021 possui característica de lei geral de licitações, sendo vedado aos Estados e Municípios legislar em respeito da matéria;
- b) mesmo após a vigência da Lei Federal n.º 14.133/2021, procedimentos licitatórios poderão ser regidos pela antiga Lei Federal n.º 8.666/1993, uma vez que esta não foi revogada imediatamente.
- c) são modalidades de licitação previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, concorrência, tomada de preços, convite, leilão, concurso e diálogo competitivo.

d) a licitação pública tem por objetivo, dentre outros, escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, devendo ser considerada sempre mais vantajosa aquela que oferecer o preço mais baixo.

e) o seguro-garantia instituído pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos constitui modalidade de garantia e tem como objetivo suprir lacuna legislativa no regime anterior, que não exigia do contratado qualquer garantia contratual.

10) O texto a seguir apresenta trechos de reportagem publicada no site Uol:

“(…) O hospital de campanha do local, aberto em 2020, atualmente é mantido pela Prefeitura do Recife. O Governo do Estado pretende assumir a gestão e operação do equipamento. (…)

A portaria assinada por André Longo cita a possibilidade de uso dos órgãos de segurança pública para cumprimento da medida. (…)

‘A Prefeitura do Recife vinha locando o imóvel, sito à Rua da Aurora, Bairro de Santo Amaro, para funcionamento de hospital de campanha municipal, cujo contrato de locação já teve sua vigência expirada. O ofício encaminhado pela Prefeitura do Recife informando o término do contrato sob gestão municipal do hospital de Campanha da Aurora, diz André Longo, no texto oficial da Portaria.’ (…)

‘O monitoramento permanente da situação do Estado de Pernambuco em face da pandemia e, a necessidade de manutenção e intensificação das medidas de mitigação do enfrentamento dos efeitos do contágio’, diz o texto da portaria.

A indenização aos proprietários pelo uso dos imóveis, segundo a portaria, será definida em momento posterior.” (site uol, disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2021/04/01/governo-de-pernambuco-determina-requisicao-administrativa-de-quatro-imoveis-para-assumir-o-hospital-de-campanha-da-rua-da-aurora-no-recife/index.html>. Acesso em: 29.10.2021)

Assinale a alternativa correta acerca da medida adotada pelo ente público:

- a) a medida adotada pelo ente público narrada na reportagem materializa atuação com elevado grau de autoritarismo, em detrimento do regramento constitucional brasileiro.
- b) a medida administrativa a que se refere a portaria citada na reportagem passou a ser transitoriamente admitida em nosso ordenamento jurídico em função do regramento nacional criado para fundamentar as medidas de combate à pandemia do coronavírus.
- c) o texto acima cita medida administrativa fundamentada no poder estatal de intervenção

excepcional na propriedade privada, inexistindo dever de prévia indenização ao particular.

d) diante da ausência de um instituto jurídico que possa fundamentar de forma juridicamente válida a medida adotada pelo ente público no texto acima citado, poderia o referido ente ter recorrido, por analogia, ao instituto da desapropriação.

e) embora a propriedade deva atender à função social, a medida adotada pelo ente público no texto acima deverá ser rechaçada diante da sua incompatibilidade com os princípios da livre iniciativa e da autonomia da vontade.

11) Examine os enunciados a seguir e assinale o correto:

a) a teoria dos motivos determinantes serve a fundamentar o controle pelo Poder Judiciário até mesmo sobre atos administrativos discricionários.

b) dentre os elementos tradicionais do ato administrativo, a forma restou superada pela atual legislação, diante da necessidade de adequação à progressiva informatização dos processos.

c) anulação e revogação são formas de extinção do ato administrativo, distinguindo-se, dentre outras características, pelo fato de que apenas a revogação poderá ser feita própria Administração.

d) o Poder de Polícia, por implicar intervenção do Estado na esfera de liberdade do cidadão, não pode ser discricionário.

e) o Decreto é considerado ato vinculado, uma vez que somente pode ser editado com a finalidade de regulamentar uma lei existente.

12) No que diz respeito ao tema da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) o estudo da responsabilidade civil do Estado se dedica aos princípios e regras inerentes às relações contratuais entre o Poder Público e os particulares.

b) é possível firmar como um marco histórico importante para a teoria da responsabilidade civil do Estado o caso Agnès Blanco, no qual o Tribunal de Conflitos francês, ao contrário de reconhecer a irresponsabilidade do Estado, passou a aplicar a responsabilidade objetiva.

c) a responsabilidade civil por ação ou omissão do Estado e, em regra, objetiva.

d) embora exista previsão geral de denunciação da lide do agente público causador do dano, esta pode ser impedida em um processo judicial onde se fundamenta o pedido de indenização na responsabilidade objetiva do Estado.

e) o Estado não pode alegar o fato de terceiro a fim de se eximir da responsabilidade objetiva.

DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO

13) Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709, de 2018), indique a única alternativa **incorreta**:

a) A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamento, dentre outros, os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

b) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

c) A LGPD não se aplica a Estados e Municípios.

d) O objetivo da LGPD consiste em proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

e) As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e, dentre outros, o princípio da não discriminação, compreendido como a impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

14) Acerca da responsabilidade civil, segundo a disciplina do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002), indique a única alternativa **correta**:

a) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que prove a ocorrência de culpa exclusiva da vítima.

b) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que forem lançadas em lugar indevido, mas não pelo dano das que dele caírem.

c) Em razão da natureza personalíssima da responsabilidade civil, o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

d) Os empresários individuais respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, ressalvados outros casos previstos em lei especial.

e) Por força do princípio da reparação integral, a indenização sempre deve corresponder à extensão do dano, sendo juridicamente irrelevante que exista acentuada desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

15) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1943), assinale a única alternativa **incorreta**:

a) Os períodos em que o empregado se encontra à disposição do empregador apenas

aguardando ordens, sem desenvolver atividades específicas, não são considerados como tempo de serviço efetivo, salvo disposição especial expressamente consignada.

b) A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

c) Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

d) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

e) As súmulas de jurisprudência editadas por Tribunal Regional do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

16) No que se refere à Teoria Geral do Direito, identifique a única alternativa **correta**:

a) Não existe distinção relevante entre norma jurídica e texto normativo.

b) Os princípios consistem em espécie do gênero norma jurídica.

c) Direito, moral e religião são corpos normativos dotados de heteronomia, atributividade e coercibilidade.

d) Em razão do quórum diferenciado para aprovação, as leis complementares sempre são hierarquicamente superiores às leis ordinárias. Consequentemente, não se admite que uma lei ordinária revogue ou altere disposições de leis complementares.

e) Baseada no giro ontológico-linguístico, a hermenêutica jurídica contemporânea consagra o subjetivismo e o voluntarismo interpretativo. Assim, o intérprete-aplicador do Direito deve ignorar os limites sintáticos e semânticos dos textos normativos vigentes sempre que isso favorecer a concretização do ideal de justiça que ele considera correto e adequado.

17) Quanto ao domicílio das pessoas jurídicas, segundo as disposições do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002), selecione a única alternativa **incorreta**:

a) O domicílio do Município de Sobral é o lugar onde funciona a administração municipal.

b) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

c) Nos contratos escritos, as pessoas jurídicas contratantes poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

d) O domicílio das sociedades de economia mista é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

e) O domicílio do Estado do Ceará é o local da sede da Procuradoria-Geral do Estado.

18) De acordo com as previsões da Lei Complementar nº 95, de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis”, indique a única alternativa **correta** a respeito das regras para a obtenção de clareza, precisão e ordem lógica na redação das disposições normativas:

a) evitar a repetição de palavras e termos mediante o emprego de sinônimos.

b) dispor sobre assuntos ou princípios diversos em um mesmo artigo da lei;

c) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais.

d) sempre que possível, construir as orações na ordem indireta e com o uso de neologismos.

e) para propiciar regulação minuciosa e exaustiva, dar preferência a frases longas, admitindo-se, entretanto, o uso irrestrito de siglas e abreviaturas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19) Acerca das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa errada:

a) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

c) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

d) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.

20) Acerca dos prazos processuais, assinale a alternativa correta:

a) inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte

b) suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive

c) decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, mediante expressa declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa

d) salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

e) salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo, a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for eletrônica.

21) Acerca da sentença, assinale a alternativa errada:

a) o juiz não resolverá o mérito quando verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual

b) o pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação

c) haverá resolução de mérito quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição

d) não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento

e) a decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

22) Acerca do cumprimento de sentença e do processo de execução, assinale a opção correta:

a) o cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á de ofício pelo juiz

b) é título executivo extrajudicial a sentença penal condenatória transitada em julgado

c) no caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver

d) se a sentença objeto de cumprimento provisório for modificada ou anulada apenas em parte, todo o cumprimento provisório será extinto

e) o exequente tem o direito de desistir de toda a execução, mas não pode desistir de apenas de alguma medida executiva

23) Contra a decisão interlocutória do juiz de primeiro grau que indefere a preliminar de falta de interesse processual na fase ordinatória do processo de conhecimento cabe:

a) apelação

b) agravo de instrumento

c) é decisão irrecurável

d) reclamação

e) impugnação em preliminar de apelação contra eventual sentença ou em contrarrrazões de apelação movida pela parte contrária

24) Acerca da Fazenda Pública em juízo, assinale a correta:

a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

b) Não se aplica a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 (cem) salários-mínimos para os Estados.

c) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, esta será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 60 (sessenta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.

d) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data na notificação da autoridade apontada como coatora.

e) Em ação popular, a pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, mas não poderá atuar ao lado do autor.

DIREITO TRIBUTÁRIO

25) Constituem modalidades de suspensão de exigibilidade, exclusão e extinção do crédito tributário, respectivamente:

a) O parcelamento, a remissão e a anistia;

b) A moratória, a anistia, a remissão;

c) A isenção, a anistia, a remissão;

d) O parcelamento, a compensação, a anistia;

e) A transação, a anistia, a conversão do depósito em renda;

26) Quanto à constituição do crédito tributário, é INCORRETO afirmar:

a) No lançamento por declaração, os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela;

b) Se a lei não fixar prazo para a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação;

c) Não é aplicável ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios;

d) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução;

e) O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

27) Sobre o princípio da Legalidade Tributária é correto afirmar:

a) Os impostos residuais, de acordo com o previsto no artigo 154, inciso I, da Constituição Federal de 1988, poderão ser instituídos pela União mediante lei ordinária;

b) As obrigações acessórias, bem como as multas pelo seu descumprimento, somente podem ser estabelecidas por lei, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 113 do Código Tributário Nacional;

c) Conforme dispõe o artigo 97 do Código Tributário Nacional, somente a lei pode estabelecer as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;

d) Constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo, razão pela qual necessita de lei para sua aplicação;

e) Segundo a Constituição federal de 1988, é vedado o uso de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, por violar o princípio da legalidade tributária;

28) No que se refere aos impostos previstos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituírem imposto sobre grandes fortunas, nos termos da lei complementar;

b) O imposto sobre produtos industrializados será seletivo, em função da essencialidade do produto, bem como será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

c) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação;

d) O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, assim como ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;

e) O ITCD (Imposto de transmissão *causa mortis* e doação) terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior.

29) No que se refere aos impostos previstos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituírem imposto sobre grandes fortunas, nos termos da lei complementar;

b) O imposto sobre produtos industrializados será seletivo, em função da essencialidade do produto, bem como será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

c) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação;

d) O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, assim como ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;

e) O ITCD (Imposto de transmissão *causa mortis* e doação) terá a competência para sua insti-

tuição regulada por lei complementar se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior.

30) Sobre as Garantias e Privilégios do crédito tributário é incorreto afirmar que:

a) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento;

b) Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas;

c) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis;

d) Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

e) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados somente os créditos decorrentes do acidente de trabalho, nos termos do artigo 186 do Código Tributário Nacional.